

INFERÊNCIA PRAGMÁTICA DO PORTUGUÊS ESCRITO POR SURDOS UNIVERSITÁRIOS

Adriane Araújo de Melo

adriane300@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4267152752314599>

Francisca Maria Carvalho

fmc@ufpa.br

<http://lattes.cnpq.br/4675561460433167>

RESUMO

Investigamos o processamento da inferência na produção da escrita em língua portuguesa como segunda língua, considerando a sintaxe-semântica. Especificamente, verificamos o processamento inferencial pragmático da língua portuguesa escrita por surdos universitários. Para isso, adotamos autores Quadros (1997) devido seus estudos sobre o ensino de língua portuguesa como segunda língua para os surdos. Adicionalmente, Silva (2018) apresenta os conceitos de inferências pragmáticas por meio de Monfort e Monfort (2013). Participaram 5 (cinco) surdos universitários, com idade entre 21 a 30 anos. O material de pesquisa foi retirado do Projeto de Extensão Curso de Português para Surdo, particularmente, o “Exercício 02-Português para Surdos”, composto de 10 (dez) questões, sendo 06 (seis) subjetivas de compreensão e 04 (quatro) objetivas de produção textual. Os participantes responderam as referidas questões por meio do formulário *Google Forms*, no período da pandemia. Para este trabalho analisamos apenas as inferências pragmáticas nas quatro questões de produção textual: 4,7, 9 e 10. Detectamos que os surdos universitários responderam as 4 questões recorrendo às estratégias de inferência pragmática, pois depreenderam informações implícitas e criticidade ao final do processamento de produção de textos de língua portuguesa. Tais evidências demonstram que os surdos, mesmo imersos na comunidade ouvinte, conseguem explorar seus conhecimentos psicolinguísticos e socioculturais.

Palavras-chave: inferência pragmática; português como segunda língua; surdos universitários.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com os dados da Secretaria de Educação Superior (Sesu), a partir dos anos 2000, houve uma acelerada expansão das instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil. Esse crescimento foi resultado das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. A expansão frenética dessas instituições contribuiu para o aumento das vagas ofertadas, bem como a competitividade nesse novo mercado em rápida expansão. Porém, esse aumento da oferta de matrículas não refletiu na vida dos alunos surdos, pois, segundo o último censo realizado em 2019, o número de alunos surdos matriculados nas instituições de ensino superior no Brasil era de 2.556 alunos.

Ribeiro (2012) apresentou a “escuta de relatos de angústias e inquietações vivenciadas por surdos no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas”. Segundo a autora, não há curso de português para surdos que contemplem a escrita acadêmica. Este indicadores influenciaram na elaboração do Projeto de Extensão “*Curso de Língua Portuguesa para Surdos*”, aprovado no Edital 01/2021/PIBEX, Pro-Reitora de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Pará, realizado no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, coordenado pela Prof^a Dr^a Francisca Maria Carvalho. O referido projeto nos proporcionou a oportunidade de ministrar para os surdos universitários a oficina de 60h, intitulada “*A língua portuguesa escrita acadêmica para surdos universitários*”, na qual detectamos os desafios de ensinar uma língua oral para os surdos, em especial, na modalidade escrita, que segundo Kato (2014):

“no texto escrito, ao contrário do que acontece com o texto falado, o contexto de produção e contexto de recepção, (...), não coincidem nem em termos de tempo, nem de espaço, já que escrito e leitor normalmente não se encontram copresentes”(KATO, 2014, p.13)

Esperávamos com a oficina preencher uma lacuna na compreensão e produção de textos acadêmicos no processo de inferências do português escrito como segunda língua para surdos universitários. Assim sendo, preparemos práticas de leitura e de escrita da língua portuguesa no âmbito acadêmico para surdos, abordando pragmaticamente, conteúdos concatenados a variedade padrão em discursos acadêmico-científicos

Para isso, consideramos Monfort e Monfort (2013 *apud* Silva (2018) que afirma que “fazer inferências é ir “além” dos dados explícitos, sejam verbais ou não. É uma atividade constante da mente do ser humano que, permanentemente busca atribuir significados à realidade e intenções às pessoas”. Diante disso, levantamos o seguinte questionamento: de que maneira o processamento de inferência pragmática contribui para produção do português escrito por surdos universitários?

Para responder à questão acima, tomamos como base Leon (2003, p. 24, *apud* SILVA, 2018) inferências pragmáticas são aquelas baseadas nos conhecimentos socioculturais dos indivíduos. Diante disso, pressupomos que os surdos universitários possuem inferências pragmáticas armazenados na memória contribuindo para compreensão e produção do português escrito.

Taglieber (1988, *apud* QUADROS, 1997, p. 94) argumenta que "a compreensão da leitura depende essencialmente do conhecimento prévio do leitor, bem como de sua bagagem linguística e de mundo". Dessa forma, fica claro as dificuldades de leitura do aluno surdo, visto que esses componentes necessários à ativação dos mecanismos de aprendizado não lhes são ativados involuntariamente, por faltar significação desses elementos no mundo. Por esta razão, investigamos o processamento da inferência da produção em língua portuguesa como segunda língua. Especificamente, verificamos o processamento inferencial pragmático da leitura e da escrita da língua portuguesa por surdos universitários e identificar a capacidade inferencial dos leitores surdos universitários.

Nesta perspectiva, este estudo justifica-se pelas práticas de leitura e escrita no âmbito acadêmico por surdos universitários que precisam fazer inferências no texto escrito do português como segunda língua.

Este estudo está organizado em 4 seções. Esta introdução faz parte da primeira seção. A segunda seção trata do referencial teórico. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos. A quarta seção traz os resultados e discussões. A quinta seção apresenta as considerações finais. Por fim, as referências.

2 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Segundo Fernandes (2011), a educação formal do surdo teve início no século XVI pelo monge espanhol beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584), sendo o primeiro professor oficial de surdos que os ensinou ler, a escrever e a contar, usando o alfabeto datilológico (soletração manual). Atualmente, Quadros (1997) faz o seguinte questionamento: qual o papel da escola para o aluno surdo? A pesquisadora relata que vários estudos têm apontado a educação bilíngue como a melhor proposta de ensino para a pessoa surda, visto que, oficialmente, a língua de sinais é reconhecida como a língua natural do surdo e a Língua Portuguesa como sua segunda língua.

De acordo com a [LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.](#), Artigo 4º, Parágrafo único diz que: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Adicionalmente, o surdo tem direito ao acesso à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em todas as suas manifestações e, como segunda língua, a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, conforme a Lei [Lei 14.191, de 2021](#), que incluiu a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - [Lei 9.394, de 1996](#)). Assim, “Entende-se como educação bilíngue aquela que tem a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda”².

Quadros (1997) cita o bilinguismo como o método de ensino mais adequado para ser aplicado ao processo educacional do aluno surdo. Nesta concepção de ensino, entende-se que o aluno surdo concebe a linguagem de forma diferente dos demais, mas isso não pode ser considerado empecilho para seu aprendizado. O aluno surdo, se bem assistido pelas instituições escolares, irá desenvolver normalmente suas habilidades de aprendizado. Quanto ao ensino de língua portuguesa, acrescenta Quadros, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segundas

2 FONTE: SENADO

línguas, partindo das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelos indivíduos surdos diante das suas experiências naturais com a Libras.

3 - A LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

A aquisição da Língua Portuguesa escrita para surdos e da Língua Brasileira de Sinais”, que surgiu a partir do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que estabelece que:

Capítulo IV

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

Os trechos elencados acima garantem direitos educacionais para a comunidade surda, obrigando as escolas oferecerem uma educação bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a primeira língua e a Língua Portuguesa é a segunda. Lamentavelmente, 95% das crianças surdas chegam à escola sem ter adquirido sua língua materna, pois vivem em ambiente familiar de ouvintes não sinalizastes. Diante disso, a escola assume papel fundamental para desenvolver a aquisição e o aprendizado da língua materna, a Libras, e a segunda língua, o português escrito.

Apesar dos esforços dos órgãos educacionais, várias pesquisas apontam que, desde a educação básica ao ensino superior, os surdos apresentam dificuldades intensas de leitura e escrita da língua portuguesa como segunda língua, que não são inerentes à surdez, mas especialmente, pela aquisição tardia da Libras, língua materna do surdo. Por estas e outras razões, o desafio é ajustar o processo de significação de uma língua natural, a gestual, para uma língua não natural, a escrita.

Para Quadros (1997, p. 67), qualquer profissional que se habilite trabalhar com a educação de surdos é necessário “conhecer o desenvolvimento da linguagem e as condições que se impõem ao processo de aquisição de uma segunda língua”, visto que, dessa maneira, esse profissional pode dar subsídios suficientes para que o aprendizado desse aluno ocorra plenamente.

3.1 INFERÊNCIA PRAGMÁTICA

Silva (2018) considera inferências como um processo que requer, do indivíduo, a habilidade de resgatar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e aplicá-los em determinadas situações de leitura e escrita. A ativação desses recursos deve ocorrer interativamente entre os conhecimentos cognitivos e linguísticos, para suprir as lacunas existentes e compreender o que está além das entrelinhas de um texto.

León (2003, *apud* Silva, 2018, p.24) afirma que “as inferências se identificam com representações mentais que o leitor constrói, adicionando, integrando e omitindo informação ao texto”. Utilizando o seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece uma relação entre dois elementos, com o objetivo de compreender e interpretar determinadas situações leitoras.

De acordo com Chikalanga (1992, *apud* Silva, 2018, p. 54), as inferências dividem-se em três categorias: “a lexical, a proposicional e a pragmática, que possuem subdivisões de acordo com o tipo de inferências que se realiza”. Neste trabalho, focaremos nossa atenção nas inferências pragmáticas, por ser objeto de estudo desta pesquisa. Segundo Leon (2003, p. 24 *apud* SILVA, 2018) as inferências pragmáticas são aquelas baseadas nos conhecimentos socioculturais dos indivíduos que “*se acomodam a um saber compartilhado por pessoas que pertencem a uma mesma cultura*”.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos que organizaram esta pesquisa, que versa sobre o Projeto de Extensão “Curso de Língua Portuguesa para Surdos”, que teve como objetivo proporcionar, aos alunos surdos universitários, possibilidades de desenvolver as habilidades de leitura e escrita dos gêneros acadêmicos da Língua Portuguesa como segunda língua. O curso teve duração de três meses, compreendendo o período de 13 de outubro a 13 de dezembro de 2021.

Participaram voluntariamente 05 (cinco) graduandos surdos universitários de instituições de ensino superior pública, com idade média de 21 a 30 anos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), identificados como “participante 1”, “participante 2”, “participante 3”, “participante 4”, e “participante 5”.

O material da pesquisa compôs o Exercício 02 do curso de extensão mencionado anteriormente. O exercício com 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, sendo 06 (seis) questões objetivas de compreensão textual, com resposta de múltipla escolha, e 04 (quatro) subjetivas de produção textual. Neste trabalho, analisamos apenas as 4 questões de produção textual: a saber: 4, 7, 9, 10.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisamos 04 (quatro) questões concernentes à produção textual dos participantes surdos universitários. Na Figura 1, abaixo, seguem abaixo as respostas dos 5 participantes.

Figura 1: Questão 4



Fonte: Acervo do projeto (2021)

Esperávamos que os surdos universitários respondessem da seguinte forma: Pessoas de diversas classes sociais constroem o Brasil. Vejamos abaixo as respostas deles.

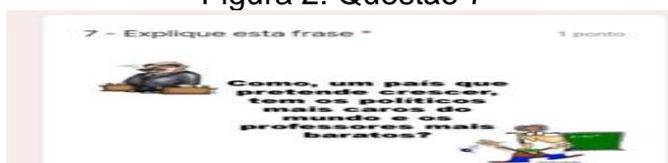
- Participante 1: pessoas diferentes para tentar ajudar construir para mudar o Brasil;
- Participante 2: Constitucional Federal assegurar (tijolos) dos direitos humanos é a Lei no Brasil;
- Participante 3: O povo brasileiro quer se construir o futuro para melhorar o Brasil;
- Participante 4: O Brasil construído pela união e igualdade de todos os brasileiros;
- Participante 5: a diversidade cultural das comunidades tem a igualdade para o melhor do Brasil;

Como podemos observar, os participantes 1 e 5 usaram a expressão “diversidade cultural” e “pessoas diferentes” para se referir a diversidade, uma vez que aparece a imagem das minorias sociais. Já os participantes 3 e 4 utilizam “povo brasileiro” e “Brasil”, demonstrando conhecimento prévio sobre um conjunto de pessoas que formam uma nação. Por fim, o participante 2 emprega o termo “Constituição Federal”, indicando compreender

que se trata de uma lei brasileira. Ademais, podemos observar que 3, dos 5 participantes, utilizaram o verbo “construir”, evidenciando que compreenderam o comando da questão e conseguiram produzir a frase conforme a imagem, em que as pessoas estão passando de mão a mão um tijolo, simbolizando construção.

Na Figura 02, abaixo, segue a resposta e análise da Questão 7.

Figura 2: Questão 7



Fonte: Acervo do projeto (2021)

A questão 7, acima, solicita que explique a seguinte frase: “Como, um país que pretende crescer, tem os políticos mais caros do mundo e os professores mais baratos?”. Seguem abaixo as respostas dos participantes.

- Participante 1: Os salários dos políticos são altíssimos, enquanto que dos professores é muito baixo, porém, a educação é importante da vida e ensinam aos alunos, é responsável pela educação do país, pois deveria ganhar mais que os políticos;
- Participante 2: É a realidade no Brasil, os empresários/políticos são corrupção, ou seja, golpes e ganância, e mais fácil do que os professores são poucos salário máximo;
- Participante 3: Esta frase "tem os políticos mais caros do mundo e os professores mais baratos?", isso significa que os políticos (presidente, deputados, senadores etc.) recebem salários mais altos do que os professores desvalorizados por motivo de falta de investimento na educação brasileira, os políticos só gastam mais coisas desnecessárias por próprios interesses.
- Participante 4: A frase é explicada que o país tem uma finalidade do crescimento como novas tecnologias, novas infraestruturas e outras coisas novas, também crianças crescem estudando e os adultos trabalhem bem, mas não é certo deixar no país assim os políticos ganhando muito mais dinheiro do que os professores, porque tem alguns políticos que não são formados e nem estudaram, nem trabalharam, por

isso que o país deve ser melhor para que os professores são formados e merecem o melhor salário o quanto os políticos.

- Participante 5: a frase mostra a ausência da igualdade na sociedade brasileira e desigualdade nas profissões.

As respostas acima apontam que os alunos surdos universitários conseguiram fazer inferências do cenário educacional no nosso país, de que há uma desigualdade nas profissões, em especial, para os professores, pois reconheceram isso por meio do jogo de sentido das palavras “baratos” e “caros”. Desse modo, podemos confirmar que eles produziram informações não contidas no texto, consideradas inferências pragmáticas.

A seguir, na Figura 3, apresentamos as respostas da Questão 9.

Figura 3: Questão 9



Fonte: Acervo do projeto (2021)

Na Questão 9, os alunos surdos foram incumbidos de explicar qual a razão da palavra RUA constar na tirinha, na cor vermelha e com fundo amarelo. Esperávamos, nesta resposta, que a palavra RUA seja DEMISSÃO. Vejamos, abaixo, as respostas.

- Participante 1: por isso que ele não aceita a opinião e tem que obedecer a ideologia dele, se não vai ser demitido.
- Participante 2: Demitido do trabalho pelo dono.
- Participante 3: A palavra "RUA" significa que a classe burguesa pode mandar a classe popular ir "FORA" a rua para ser demitida, pois a classe popular não aceitou a opinião do pensamento dominante.
- Participante 4: A palavra "RUA" é destacada acima da porta nessa imagem acima, significa que é para a rua que a classe popular que vive democraticamente, como a classe burguesa não se importa com a democracia do povo.

- Participante 5: porque a classe burguesa quer expulsar a pessoa para a rua e continua o mesmo problema.

Os resultados demonstram que os surdos percebem o caráter cultural e ideológico da palavra RUA, posicionando-se criticamente sobre o tema texto, pois os participantes 1, 2 e 3 escreveram a palavra “demitido”.

A Figura 03, abaixo, trata da Questão 10.

Na Figura 11: Questão 10



Fonte: Acervo do projeto (2021)

A Questão 10 pediu para completar a seguinte: “O Ministério adverte: cuide de sua saúde, pois se depender da gente...”

- Participante 1: A população precisam de uma consulta ou fazer exame e vão ao posto de saúde ou a um hospital pra demorar a fila, também não conseguir uma vaga no hospital poderá morrer, por exemplo acontecem na pandemia e teve muitas lotados no hospital e não tem vagas porque as pessoas querem pra atendimento.
- Participante 2: A sociedade têm que a consciência pela saúde e cuidar a si mesmo a nossa vida é a prioridade, o Ministério da Saúde anunciou que a pandemia da Covid-19: ficam a casa, usam a máscara e a distanciamento social.
- Participante 3: na fila de espera do sus que é muito grande.
- Participante 4: Ministério adverte: Cuide da sua saúde, pois se depender da gente "NÃO SERÁ INDEPENDENTE".
- Participante 5: a sua saúde será prioridade!

De acordo com as respostas acima, observamos que somente o participante 4 respondeu conforme o comando da questão. No entanto, sua resposta “NÃO SERÁ INDEPENDENTE” demonstra que ele não identificou as inferências no texto.

De um modo geral, com base na análise das respostas 4, 7 e 9, podemos perceber que os surdos universitários fizeram inferências pragmáticas. Entretanto, apenas na última atividade, questão 10, eles não conseguiram identificar e/ou compreender o contexto da frase criticando o Ministério da Saúde. De acordo com Silva (2018), o leitor pode ser bem-sucedido em sua leitura se recorrer ao uso de inferências. Essa prática é essencial para obter resultados satisfatórios nessas práticas. Assim sendo, o autor pondera:

A partir das inferências pragmáticas, os leitores podem fazer suposições sobre o lugar da ação, disposição espacial de objetos, causas e consequências de acontecimentos, características dos personagens (traços físicos, psicológicos e emocionais), intenções do autor, posições ideológicas etc., ou seja, serão inferências plausíveis que darão coerência ao texto de acordo com o que seu contexto permite. (SILVA, 2018, p. 50).

Taglieber (1988, apud Quadros, 1997, p. 94) argumenta que "a compreensão da leitura depende essencialmente do conhecimento prévio do leitor, bem como de sua bagagem linguística e de mundo". Para os alunos surdos, fazer inferências, por exemplo, torna-se um processo mais complexo do que dos ouvintes, pois eles adquirem a significação de mundo apenas pelo sistema visual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente estudo, investigamos o processamento da produção da língua portuguesa escrita como segunda língua. Particularmente, verificamos o processamento inferencial pragmático da leitura e da escrita da língua portuguesa por surdos universitários e identificamos a capacidade inferencial dos leitores surdos universitários

Assim sendo, detectamos o processamento inferencial pragmática de alunos surdos universitários, pois depreenderam informações implícitas e criticidade ao final do processamento de produção de textos de língua portuguesa. Tais evidências demonstram que os surdos, mesmo imersos na comunidade ouvinte, conseguem explorar seus conhecimentos psicolinguísticos e socioculturais.

Para pesquisas futuras, sugerimos análise de inferências locais, pois neste estudo nos comprometemos apenas com a inferência pragmática global do texto do processamento de produção do português escrito por surdos universitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CHIKALANGA, Israel. A suggest taxonomy of Inferences for the reading teacher. Reading In A Foreign Language, Avaí, v. 8, n. 2, p.697-709, 1992. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2016.

FERNANDES, S. *Educação de Surdos*. 2.ed.atual. Curitiba: Ibpex, 2011.

KOCH, I. V. *ler e escrever: estratégia de produção*. São Paulo Contexto, 2014.

LEÓN, José Antonio. La mejora de la comprensión lectora: un análisis interactivo. Infancia y Aprendizaje, Madrid, v. 56, p.5-24, jun. 1991. Semestral. Disponível em: . Acesso em: 16 dez. 2016

LEÓN, José António. Una introducción a los procesos de inferencias en la comprensión del discurso escrito. In: LEÓN, José António. Conocimiento y discurso: Claves para inferir y comprender. Madrid: Piramide, 2003. Cap. 1. p. 23-45. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Compreensão textual como trabalho criativo. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11. MONFORT, Isabelle; MONFORT, Marc. Inferencias y comprensión verbal en niños con trastornos del desarrollo del lenguaje. Revista de Neurología, Madrid, n. 56, p.141-146, 2013.

QUADROS, R., M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília. MEC,SEEP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>. Acesso em 03 dez. 2021

QUADROS, Ronice de Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed. 1997.

RIBEIRO, M. C. M. de A. O discurso acadêmico-científico produzido por surdos: entre o fazer acadêmico e o fazer militante. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Geraldo Emanuel de Abreu. **Uma proposta para classificação das inferências: teorias revistas**. Revista Tabuleiro de Letras (PPGEL, Salvador, online), vol.: 12; n. 02, p. 43 – 56. dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5184>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ADRIANE ARAÚJO DE MELO (autora) - Graduada em Licenciatura Plena em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA.

FRANCISCA MARIA CARVALHO (co-autora) – Possui graduação em Letras-Língua Portuguesa e Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Pará. Doutorado em Linguística Descritiva, Processamento da Linguagem, Psicolinguística Experimental pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora associada II, da Faculdade de Letras-Língua Portuguesa, do Instituto de Letras e Comunicação pela Universidade Federal do Pará.